

SALÁRIO MÍNIMO

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

A fixação pelo Governo Federal do novo salário mínimo – R\$ 350,00 – estabelece um patamar, em dólar, de US\$ 150.

A memória nacional é curta, mas, há coisa de quatro anos, o grande debate brasileiro era sobre quando o salário-mínimo alcançaria o equivalente a US\$ 100. Ao menos essa meta já foi ultrapassada.

Na verdade, é uma quantia ainda insuficiente para prover as necessidades de uma família. A participação da mulher no mercado de trabalho reduz mas não elimina a gravidade dessa situação.

O fortalecimento da economia nacional nos últimos anos – estabilidade monetária, inflação sob controle, fortalecimento da moeda, saldo positivo nas exportações – não foi entretanto suficiente para evitar a ocorrência de demissões motivadas pelo advento de um novo mínimo, dado a fragilidade de alguns segmentos, principalmente na área comercial.

Criado no primeiro governo de Getúlio Vargas, período de exceção estabelecido a partir de 1937 do século passado, o mínimo objetivava estabelecer uma quantia que assegurasse aos trabalhadores a cobertura de suas despesas essenciais: alimentação, vestimenta, saúde, habitação, transporte, que durante longo período isso foi realmente possível, até que o crescimento e a diversificação das atividades tiraram o controle absoluto da economia das mãos do Estado.

Hoje, o salário-mínimo interessa a toda a nação, especialmente, às parcelas extremamente desprotegidas da população, com reflexos imediatos na Previdência Social, cujas aposentadorias mais baixas, são regidas pelo salário-mínimo, como também nos municípios

que, criados sem avaliações e planejamento, sem circunstâncias econômicas e sociais que lhes assegurem manutenção, não podem remunerar dignamente seus servidores.

Medida mais de caráter social e econômico, adotada há cerca de 60 anos, o salário-mínimo continuará a existir enquanto as vulnerabilidades econômicas de um segmento da população recomendarem.

O salário mínimo deve, essencialmente, atender as necessidades básicas da classe trabalhadora, dando-lhe dignidade e respeito. É o sentimento, pois, de toda sociedade brasileira.